

APÓSTATA DO GERMANISMO OU ALEMÃO ARRIVISTA: A TRAJETÓRIA DE LINDOLFO COLLOR ATÉ A REVOLUÇÃO DE 1930

Luiz Alberto Grijó

RESUMO

Este artigo aborda a trajetória de Lindolfo Collor até 1930. Busca analisar e determinar de que forma e contando com quais tipos de recursos este filho de pais de origem alemã, com poucos recursos econômicos e de relações sociais, logrou, às vésperas da Revolução de 1930, atingir uma posição importante entre os principais líderes político-partidários do Rio Grande do Sul. Para isto pesou decisivamente o investimento que fez em uma “carreira intelectual” no mundo luso-brasileiro e, ao mesmo tempo, sua habilidade de jogar com sua condição de descendente de imigrantes de origem alemã.

ABSTRACT

This article approaches Lindolfo Collor's trajectory up to 1930. It looks for to analyze and to determine in which ways and with which types of resources this son of german origin parents, with few economic and social relations resources, achieved, in the eve of the Revolution of 1930, to reach an important position among the main political leaders of Rio Grande do Sul. For this it was relevant the investment that he did in a “intellectual career” in luso-brazilian world and, at the same time, his ability to play with his condition of descendant of german's immigrants.

Nascido em São Leopoldo em 1890, filho de descendentes de imigrantes alemães com poucos recursos econômicos, ao final da década de 1920 Lindolfo Collor se credenciara junto aos demais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em sua maioria filhos de luso-brasileiros e com origens sociais vinculadas a grupos familiares proprietários de estâncias no interior do Rio Grande do Sul, para assumir um papel relevante na campanha eleitoral da Aliança Liberal e na conspiração políti-

Luiz Alberto Grijó é Professor do Departamento de História da UFRGS.

co-militar que desembocaria na chamada Revolução de 1930. O estudo de sua trajetória objetiva analisar de que forma, contando com quais tipos de recursos e ocupando que posições Collor logrou ascender à elite do PRR da qual passou a fazer parte ao final do período em questão¹.

A trajetória de Lindolfo Collor foi marcada em grande medida pela compensação da carência de recursos herdados (econômicos, de posição política e social de seu grupo familiar) através da aquisição de recursos culturais e de relações sociais por ele costuradas que lhe abririam as portas para o ingresso na política partidária, o que lhe permitiu tornar-se, inclusive, um mediador² entre esta instância, que se confundia com o próprio governo do estado do Rio Grande do Sul durante a chamada República Velha, e sua região natal, a região de colonização teuta do vale do rio dos Sinos.

Lindolfo Boekel nasceu em São Leopoldo em 1890. Era filho de João Boekel e Leopoldina Schreiner Boekel, descendentes dos primeiros colonizadores alemães do Rio Grande do Sul. O pai fora sapateiro e músico em São Leopoldo, mas morreu quando os filhos eram ainda pequenos. A viúva passou a trabalhar em um hotel até mudar-se para Barra do Ribeiro e casar-se com João Antônio Collor, de nacionalidade alemã. Do padrasto, Lindolfo, ainda jovem, passou a usar o sobrenome que acrescentou ao de seu pai biológico, daí o nome pelo qual se tornaria conhecido: Lindolfo Boekel Collor.

Fez seus estudos iniciais em Setembrina e Barra do Ribeiro. O padastro, “homem de modestos recursos [...] não podia dar aos enteados senão a instrução proporcionada pela escola pública”. Lindolfo Collor ajudava “trabalhando na lavoura [...] que cultivava no terreno anexo à residência. Também era entregador de leite em várias casas do povoado”³. Após o casamento da irmã, que abriria a “oportunidade para que o irmão fosse continuar os estudos”⁴, passou a freqüentar o seminário da Igreja Episcopal em Rio Grande, quando presta “serviços religiosos”, como visitas pastorais à detentos, e escreve artigos religiosos e poesias no jornal da Igreja. Em 1907 muda-se para Porto Alegre “e continua suas atividades religiosas na Igreja da Trindade, como colaborador do seu pároco, Rev. Américo Vespúcio Cabral, com quem vai em missão de doutrinação a várias cidades do estado”⁵. Nestas condições é que estudou para os exames preparatórios com Emílio Meyer (1907) e ingressou na Faculdade de Farmácia.

João Neves salienta:

Não sei por quê – suponho que por escassos recursos financeiros –

[Lindolfo Collor] se diplomara na escola de farmácia, então anexa à Faculdade de Medicina. A primeira vez que o vi foi numa daquelas tumultuosas assembléias da Federação dos Estudantes, no Salão da Leopoldina. Não me recordo mais o tema que mantinha acesa a discussão. De repente, pediu a palavra um rapaz magro, de óculos, exprimindo-se com modelar clareza e acentuada lógica na sua argumentação. Era Collor⁶.

Tendo ingressado na Escola de Farmácia em 1907, Collor foi estudante à mesma época que João Neves, Paim Filho, Maurício Cardoso e Getúlio Vargas, estes estudantes de direito. Mas, apesar da indicação de João Neves sobre a manifestação que Collor teria feito no encontro de estudantes, não há referências de que tenha participado de atividades na militância estudantil fora deste âmbito. Ele permanecia vinculado à Igreja Episcopal, dava “aulas de português na Associação Cristã de Moços e, na Escola Dominical da Igreja da Trindade, dirigia um curso de estudos bíblicos”⁷. Lindolfo Collor não pôde contar com recursos econômicos da família para desfrutar de uma “vida acadêmica” nos moldes que levavam os filhos das principais famílias do Rio Grande do Sul⁸. No entanto, sua vinculação a uma instituição religiosa permitiu-lhe obter alguns recursos para, ao menos, completar o curso de farmácia, alternativa escolar à socialmente prestigiosa tríade direito, medicina e engenharia às pessoas de poucas posses.

Mesmo sendo um tanto marginal ao mundo acadêmico, é possível identificar ao menos um “conhecido” com o qual deve ter travado relações neste período. Trata-se de Adolfo Dupont, co-signatário do manifesto do Bloco Acadêmico Castilhistas⁹ e estudante do primeiro ano do curso de direito em 1907. Adolfo Luiz Dupont é referido nas fontes como “major”, tendo tomado assento na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul na legislatura de 1921/4 pelo PRR e como constituinte estadual e deputado em 1935/7¹⁰.

Em 1909, ano de sua formatura, Lindolfo Collor “inicia sua vida de jornalista, como redator do jornal *O Dever*, editado em Bagé, sob a direção de Adolfo Dupont”¹¹. A partir de então, se desliga da Igreja, e inicia sua participação em jornais em Bagé devido a sua amizade com Dupont que, ao menos à época, tinha relações com o PRR e era diretor de um jornal, indicadores de uma condição socialmente elevada. Neste período Collor chegou a publicar um livro de poesias. Em 1911, transfere-se para o Rio de Janeiro com uma “carta de recomendação [...] *uma chave mágica que substituía o diploma, o concurso e nunca será demais*

realçar os imensos serviços que ela prestou ao Brasil, na *formação de suas elites*” ao dono do jornal *O País*, João Lage, onde passou a escrever semanalmente”¹². Collor consegue também um emprego público como diarista no Jardim Botânico.

Depois de trabalhar neste jornal, passa pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Jornal do Brasil*, estabelecendo relações com Alcides Maya, escritor rio-grandense que morava no Rio de Janeiro, e com o senador do PRR Pinheiro Machado, o que “influiria no comprometimento definitivo de Collor com esta agremiação [PRR]”¹³. Ele casa-se com a filha do deputado federal paranaense Bartolomeu de Souza e Silva, também dono do jornal *A Tribuna*, do qual passa a ser diretor (1914).

Neste período Collor constrói um “nome” na sociedade da Capital Federal e uma posição no jornalismo e entre poetas e escritores, como Olavo Billac e Coelho Neto. Candidata-se inclusive para a Academia Brasileira de Letras, não sendo, contudo, eleito. Acompanha também um outro curso superior, na Escola de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, ingressando em 1916 e bacharelando-se em 1917. Até então, tudo indica, além é claro da construção de um capital de relações sociais importante no Rio de Janeiro, Collor investia em uma “carreira intelectual”, enquanto “jornalista” e “escritor” que se propunha a pleitear, inclusive, uma cadeira no reduto intelectual lusófono brasileiro, a Academia Brasileira de Letras. Contudo, ao mesmo tempo, além de relações estabelecidas com rio-grandenses vinculados à política partidária de seu estado natal, Lindolfo Collor tentou também uma cadeira no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, também não obtendo sucesso (1917).

Dois anos depois é convidado pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, para trabalhar no jornal do PRR, *A Federação*. Aceita e retorna para seu estado natal. Em 1921 é eleito pelo PRR para a Assembléia dos Representantes e em 1923 para a Câmara Federal, voltando ao Rio de Janeiro agora como deputado pelo Rio Grande do Sul.

Guardadas as proporções, Lindolfo Collor teve de “voltar” para “começar desde baixo”. Sem os recursos herdados que possuíam os rio-grandenses oriundos dos grupos familiares mais bem situados social, econômica ou politicamente, não tinha a possibilidade de sustentar-se fortemente em redes sociais já consolidadas controladas pelos patriarcas das grandes famílias rio-grandenses. Já foi demonstrado para os casos de João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas, Paim Filho, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha que a “volta” às regiões de origem representava o “retorno do filho doutor do coronel”, ou seja, o retorno de um dos

herdeiros de grupos familiares dos mais abastados economicamente e que contavam entre seus membros com chefes político-partidários locais. A partir disto, abriam-se as possibilidades de participação político-partidária em consonância com a orientação dos pais e/ou parentes e amigos próximos, o que se constituía no início das carreiras político-partidárias para estes filhos das elites paroquiais ao lado de “parentes, amigos e cor-religionários”, bem como de atividades profissionais ligadas, nestes casos, ao exercício da advocacia¹⁴. Lindolfo Collor, porém, não possuía tais vínculos de parentesco e amizades. Contando com um título em escola superior menos valorizado, foi no entanto hábil em estabelecer e entreter relações sociais e em construir-se enquanto um jornalista e escritor. Uma vez no Rio de Janeiro aproximou-se de rio-grandenses lá radicados, conseguindo emprego em jornais e no Jardim Botânico¹⁵. Mas no jornalismo é que se destacaria, sendo em função disto que recebeu o convite para trabalhar em *A Federação*. Parece ter sido o próprio Borges de Medeiros, certamente por indicação de alguém que conhecia Lindolfo Collor pessoalmente, que convidou-o a assumir o cargo de redator no jornal do PRR. Leda Collor de Mello, sua filha, comenta que:

precedeu-o, na redação de A Federação, uma recomendação do velho e respeitado chefe republicano [Borges]: “Aí vai um patricio ilustre, Lindolfo Collor. Recebam-no bem”. Relata o Pe. Jaeger: “Os redatores entreolharam-se e um deles indagou: – O que é que ele é? – Parece que é farmacêutico, respondeu um outro.” A dúvida inicial acerca do recém-chegado em breve trocou-se por admiração: volvido um ano, contando Collor apenas 30 anos, já era diretor do jornal¹⁶.

Em menos de um ano, portanto, passou a ser diretor do jornal do PRR. Nesta função é que Lindolfo Collor se aproximou dos demais líderes em ascensão do partido, entre os quais Getúlio Vargas, João Neves, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Paim Filho e Maurício Cardoso, além do próprio Borges e de outros chefes da “velha guarda” do PRR, logrando também adquirir uma notoriedade bastante grande. Os espaços nos jornais em parte se equivaliam aos das tribunas dos júris em termos de importância social, prestígio e popularização dos que neles atuavam¹⁷.

O importante a destacar para este caso aparentemente tão diverso do das demais lideranças de sua faixa etária do PRR, é que Lindolfo Collor, mesmo com as especificidades apontadas, quanto ao aspecto profissional e quanto ao uso do título escolar se assemelha ao demais. Com a

evidente desvantagem em termos de formação escolar, buscou estudos especializados em “ciências sociais, jurídicas e econômicas” no curso realizado no Rio de Janeiro, tanto visando maior legitimidade e reconhecimento “intelectual”, quanto visando um verniz jurídico-cultural e um saber mais apropriado para pensar a sociedade e mover-se nela, algo que já vinha fazendo desde os tempos em que dependia da Igreja Presbiteriana para viver e estudar. Seu investimento na carreira jornalística e literária foi bem maior que os dos outros em suas “profissões”, mas em grande parte a relação instrumental com estas e os títulos escolares também se verifica. Quer dizer, Lindolfo Collor buscava uma colocação na sociedade, e para tal usou relações de amizade, tornou-se um “jornalista”, casou-se com a filha de um dono de jornal e membro da elite política, retornou ao Rio Grande do Sul e passou a prestar serviços ao PRR. Seu “esforço” foi retribuído com o início das indicações de Borges de Medeiros para ocupar cadeiras legislativas, o que tentara no Rio de Janeiro sem sucesso.

Mesmo tendo investido muito mais em seus estudos, Collor não escapou do jogo das redes de reciprocidade já estruturadas nas quais foi-se inserindo. Ter-se transformado em um “bom” ou “grande” jornalista, pois, não o credenciava para ascender a posições de maior destaque. Para isto e muito em função disto teve de inserir-se no jogo das redes de relações pessoais intra e extra-partidárias que lhe possibilitariam o reconhecimento mais amplo entre colegas de partido e os presidentes do estado, Borges de Medeiros e depois Getúlio Vargas, a fim de compensar a falta da herança de uma posição social elevada. Lindolfo Collor foi um *parvenue* social que soube muito bem administrar sua trajetória ascensional em conjunturas que se mostrariam extremamente favoráveis a ele e aos recursos de que passou a dispor para jogar o jogo político-partidário.

Até o seu retorno à Porto Alegre em 1919, Lindolfo Collor procurou integrar-se nos meios literários, jornalísticos e sociais do Rio de Janeiro enquanto exercitava o domínio da palavra escrita em português. Publicou livros de poesia e escrevia em jornais, pleiteando, como já assinalado, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e a eleição para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Ambas as tentativas foram frustradas. Para Collor, que “desfrutava de relações nos altos círculos” do Rio de Janeiro¹⁸, a notoriedade jornalístico-literária e as relações nos “altos círculos” não bastaram para que obtivesse um reconhecimento maior ou cargos e títulos mais importantes que o de redator ou mesmo diretor do jornal do sogro e funcionário público federal. Uma das fontes aponta que Collor, “fracassada [a] candidatura à vereança [...] passou a aspirar a uma cadeira na Câmara Federal, pelo Distrito Federal. Seus cor-

religionários gaúchos, entretanto, aconselharam-no a concorrer à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.” A partir disto, aceita o convite de Borges para ser redator de *A Federação*¹⁹.

A volta ao Rio Grande do Sul como redator de *A Federação* é que possibilitou a ele a chance de obter o tal reconhecimento. Assumindo o cargo a convite de Borges de Medeiros, Collor inseriu-se no meio das disputas político-partidárias em uma posição privilegiada, pois escrevia no principal órgão de divulgação do partido, o veículo das posições oficiais de Borges de Medeiros.

Mas Collor não se limitou a ser apenas um dos redatores e depois diretor de *A Federação*, o que já avalizava seu domínio da língua portuguesa e sua descovtura em circular entre os partidários de Borges de Medeiros. O retorno ao Rio Grande do Sul nesta posição permitiu-lhe também usar sua condição de descendente de imigrantes alemães nascido em São Leopoldo. Em 1921 Collor foi eleito para a Assembleia dos Representantes com votos obtidos nas colônias alemãs, segundo Viana Moog que dá indicações de qual seria o “reduto eleitoral” de Collor. Em 1928, quando Collor era já deputado federal, Moog conheceu-o quando “encontrava-se eventualmente em São Leopoldo, em campanha eleitoral para a renovação de seu segundo mandato à Câmara dos Deputados”, onde participava, além de comícios e caminhadas, de festas comuns nas regiões de colonização alemã, os *kerbs*, “circunstância que constituía excelente ocasião para [...] promoção eleitoral”²⁰.

As origens sociais e o percurso escolar e profissional de Lindolfo Collor, portanto, foram marcados, de forma geral, por uma ambivalência fundamental que findaria por ser o seu grande trunfo quando do ingresso no PRR e em sua carreira política. “Para os de origem germânica, apegados às tradições avoengas, ele era o trãnsfuga, o apóstata do germanismo. Para os luso-brasileiros, que não acompanhavam com bons olhos sua ascensão, ele era o alemão que queria vender-se como brasileiro”²¹. Lindolfo Collor teria adotado o sobrenome do padastro porque “o nome Collor soava melhor do que Boekel, mais eufônico e com melhor trãnsito nos meios em que atuava”²². Ele se encontrava entre dois mundos, de um lado o mundo teuto-brasileiro e de outro o mundo luso-brasileiro. Nascido no primeiro, dominando desde casa a língua alemã, passa a cursar escolas onde o ensino era ministrado em português e se esforça no sentido de adaptar-se ou integrar-se ao mundo luso-brasileiro, política e socialmente dominante, no qual o nome Collor seria mais palatável do que Boekel.

Collor “retornando” para São Leopoldo e região do vale do rio

dos Sinos, estruturou contatos e apoios entre os imigrantes e descendentes de origem alemã valendo-se de sua condição de filho de “alemães”, de leopoldense de nascimento e de dominar o idioma alemão. Não chegou a fixar residência em São Leopoldo, até porque o município é muito próximo a Porto Alegre, mas “eventualmente” lá se fazia presente em *meetings*, bailes, festas, reuniões nos clubes. Finda por alcançar a posição de mediador entre este mundo colonial e o governo estadual. Seu grande trunfo foi justamente ter-se desligado de suas origens sociais para enveredar por uma trajetória semelhante a de muitos luso-brasileiros, ou seja, escolas públicas, curso superior, emprego público, escritor e jornalista, um “bom” casamento. Mas suas possibilidades neste caminho se viram limitadas.

O retorno ao Rio Grande do Sul, portanto, em uma posição relativamente importante no conjunto dos partidários de Borges de Medeiros possibilitou a Collor também um “retorno” às suas origens coloniais com as quais passa a jogar. O domínio de relações em ambos os mundos, o teuto-brasileiro e o luso-brasileiro, permitiram a Collor conquistar uma posição no jogo político como mediador das relações entre estas duas esferas nas quais podia circular com desenvoltura e com legitimidade que logra conquistar (escritor, intelectual e jornalista “combativo” para o mundo luso-brasileiro e filho de alemães bem sucedido e relacionado, “ilustre”, para o mundo colonial de origem alemã).

A ambivalência referida, pois, foi de fato o grande trunfo de Collor. Entre o “alemão arrivista” e o “traidor da germanidade”, ou seja, nestas aparentes desvantagens de Lindolfo Collor, estava a sua possibilidade de conquistar um espaço próprio no jogo político. No encontro destas condições é que Collor logrou ascender e se firmar entre os líderes do PRR. Até 1930 Collor foi representante na Assembléia estadual (1921-1923) e deputado federal (1924-1930), já que “o posto de diretor da *A Federação* [...era] diploma de prioridade para o ingresso na bancada federal”, cadecera para a qual foi indicado para ocupar a vaga, por falecimento, de Evaristo do Amaral²³. Participou ainda da campanha da Reação Republicana, aliança em apoio à candidatura Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes à presidência da República em 1922, secundando a posição assumida por Borges de Medeiros, dentre outros líderes de outros estados, quando “os editoriais de *A Federação* ganharam notoriedade nacional”²⁴. Nas conturbações do início da década de 1920, Collor teve a oportunidade, pois, de adquirir notoriedade e prestígio enquanto diretor de *A Federação* e enquanto redator da primeira coluna do jornal, equivalente ao que hoje é chamado editorial, na qual defendia as posições de Borges de Medeiros. Diri-

gindo o jornal atuou na campanha eleitoral de 1922 e na chamada Revolução de 1923 contra a facção liderada por Assis Brasil e teria sido o redator do artigo-manifesto *Pela Ordem*, publicado em *A Federação* com a aquiescência de Borges de Medeiros, no qual o PRR oficialmente manifestava-se no sentido de colocar-se contra as agitações militares que visavam impedir a posse do presidente eleito Arthur Bernardes e que desembocariam nas revoltas chamadas “tenentistas”.

Lindolfo Collor, na primeira metade da década de 1920, torna-se um nome conhecido e reconhecido entre os rio-grandenses, de origens lusas ou não, como um importante e fiel partidário de Borges de Medeiros que finda por obter a possibilidade do retorno à Capital Federal “por cima”, ou seja, como um deputado federal pelo PRR. De volta ao Rio de Janeiro, tornou-se também redator-chefe do jornal *O País*, participou das comissões de finanças e de relações exteriores da Câmara, e fez diversas viagens de representação parlamentar ao exterior até 1928, como para o Centenário da Independência do Uruguai (1925), à Buenos Aires e Santiago do Chile (1926), à VI Conferência Pan-Americana em Havana (1928) e, no mesmo ano, à Conferência Inter-Parlamentar do Comércio em Paris²⁵. Sua nova posição, portanto, permitiu-lhe também obter os meios materiais para empreender viagens ao exterior em “missões” oficiais que lhe revertiam em ganhos culturais e em maior notoriedade.

Foi neste ponto de sua trajetória que Collor integrou-se à campanha da Aliança Liberal em 1929, então credenciado regional e nacionalmente para atuar na “linha de frente” da campanha eleitoral em favor da chapa encabeçada por Getúlio Vargas à presidência do Brasil, bem como nas articulações e na condução da conspiração armada que se seguiu.

NOTAS

1. O presente artigo é derivado de um trabalho mais amplo sobre a elite política rio-grandense: GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. Porto Alegre, dissertação de Mestrado em Ciência Política – UFRGS, mimeo, 1998.
2. Silverman aponta dois critérios para definir “o tipo especial de intermediário, o *mediador*”. Primeiro, “as funções exercidas pelos que são definidos como mediadores necessitam ser *vitais*, de grande importância para as estruturas básicas de cada um ou ambos sistemas” $\frac{3}{4}$ parte e todo, ou comunidade e nação. Em segundo lugar, “os mediadores [...] têm quase-exclusividade em exercer [suas funções]”, ou seja, tendem a monopolizar uma ou mais

- funções particulares de modo que uma ligação específica entre os dois “sistemas”, parte e todo, “deve ser feita através dos mediadores”. Estes últimos “podem tomar suas funções por causa da prévia posse de uma alta posição, ou podem atingir uma alta posição como resultado de assumir o papel de mediador. Em cada caso, a relação entre o sistema local e nacional assume uma forma *vertical*”. SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. et al. *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 294, grifos no original. É neste sentido que o conceito é aqui tomado.
3. COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis, Lunardelli, 1990. p. 13.
 4. Idem, *Ibidem*, p. 15.
 5. Idem, *Ibidem*, p. 15.
 6. FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 241.
 7. COSTA, Licurgo. *Op. cit.*, p. 15.
 8. Já se pôde demonstrar que a “vida acadêmica” para os estudantes das escolas superiores de Porto Alegre no início do século XX compunha-se de um misto de mundanismo e intervencionismo político-partidário e em diversas esferas sociais, o que era possível porque grande parte destes estudantes eram filhos dos principais grupos familiares do estado, contando, pois, com os recursos econômicos, de relações sociais e predisposições necessários para tal. GRIJÓ, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 41 e segs..
 9. Uma associação de estudantes criada em 1907 a fim de apoiar o candidato do presidente do estado, Borges de Medeiros, à sua sucessão. João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho e Getúlio Vargas foram idealizadores e ativos membros desta organização.
 10. AITA, Carmen et al. (Org.). *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS, 1996. p. 91 e 119. E também, BERTOL, Silvana. *Quem faz caso de estudantes?: um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas*. Porto Alegre, dissertação de Mestrado em História – PUC/RS, 1993. p. 141 e segs.
 11. COSTA, Licurgo. *Op. cit.*, p. 16.
 12. Idem, *Ibidem*, p. 17, grifos apostos ao original.
 13. (DHBB) DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1984. p. 837.
 14. GRIJÓ, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 136 e segs..
 15. João Neves deixa transparecer que Collor teria, após os primeiros anos no Rio de Janeiro, retornado por breve período à Porto Alegre, onde criou “um círculo de amizades no mundo das letras, no social e partidário” (Fontoura, 1969: 241).
 16. MELLO, Leda Collor de (Org.). *Retrato de Lindolfo Collor*. Santos, UNICEB, 1990. p. 19-20.

17. A oratória forense e em palanques e a retórica jornalística eram técnicas e meios importantíssimos para o alcance de notoriedade e prestígio dentro e fora do âmbito de partidos políticos à época. Ver GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 125 e segs..
18. FONTOURA, João Neves da. Op. cit., p. 241.
19. DHBB. Op. cit., p. 837.
20. Apud MELLO, Leda Collor de. Op. cit., p. 141 e 143.
21. Idem, Ibidem, p. 138.
22. Idem, Ibidem, p. 137.
23. FONTOURA, João Neves da. Op. cit., p. 241 e 287.
24. MELLO, Leda Collor de. Op. cit., p. 10.25 FONTOURA, João Neves da. Op. cit., p. 241.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITA, Carmen et al. (Org.). *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS, 1996.
- BERTOL, Silvana. *Quem faz caso de estudantes?: um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas*. Porto Alegre, dissertação de Mestrado em História – PUC/RS, 1993.
- COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis, Lunar-delli, 1990.
- (DHBB) DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1984. Verbete: Collor, Lindolfo, p. 837-840.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. Porto Alegre, dissertação de Mestrado em Ciência Política – UFRGS, mimeo, 1998.
- MELLO, Leda Collor de (Org.). *Retrato de Lindolfo Collor*. Santos, UNICEB, 1990.
- SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. et al. *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 293-304.